



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

LEONARDO MACEDO DE CARVALHO

**A MODALIDADE ATUAL DE REPASSE DO FPM DELIMITA
A POSSIBILIDADE DE UMA GESTÃO MUNICIPAL
EFICIENTE**

Brasília – DF

2018

LEONARDO MACEDO DE CARVALHO

**A MODALIDADE ATUAL DE REPASSE DO FPM DELIMITA A POSSIBILIDADE
DE UMA GESTÃO MUNICIPAL EFICIENTE**

Monografia apresentada ao Departamento de
Administração como requisito parcial à
obtenção do certificado de especialista (*lato
sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Orientador(a): Professora Meire Cunha

Brasília – DF

2018

LEONARDO MACEDO DE CARVALHO

**A MODALIDADE ATUAL DE REPASSE DO FPM DELIMITA A POSSIBILIDADE
DE UMA GESTÃO MUNICIPAL EFICIENTE**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Leonardo Macedo de Carvalho

Mestra em Educação, Tecnologias e
Comunicação pelo Programa de Pós-
Graduação da Universidade de Brasília
(PPGE/UnB), Meire Cristina Cunha
Professor-Orientador

Pós-doutora pela University of
St Andrews, Escócia, Fátima
de Souza Freire
Professor-Examinador

Brasília, 27 de abril de 2019

Dedico esse trabalho ao meu bisavô Jose Martins pelos seus 103 anos de existência e devoção ao trabalho, a família, a passividade e ao seu regresso ao colo de Deus.

RESUMO

O tema a ser pesquisado possui singularidade em seu contexto, uma vez que revela de forma simples a insuficiência dos repasses do Fundo de Participação Municipal – FPM ao município de Alto Paraíso de Goiás e revela possível caminho para a mudança de paradigmas enfrentado pelo município em questão. Visto por ângulo mais aguçado, a insuficiência do FPM é afronta aos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal, tais quais o direito à educação, saúde, alimentação, segurança, previdência social, moradia e outros. O trabalho abordará ainda a linha de ensinamento do doutrinador Hugo de Brito sobre a questão tributária e ajudará no entendimento sobre a tributação brasileira, nova metodologia de repasses e melhor aprofundamento sobre o assunto a ser abordado.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
1.2	Formulação do problema	1
1.3	Objetivo Geral	2
1.4	Objetivos Específicos	2
1.5	Justificativa.....	2
2	REVISÃO TEÓRICA	4
2.1	Legislação Tributária.....	Erro! Indicador não definido.
2.1.1	Sistema Tributário Nacional	7
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	8
3.1	Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa	15
3.2	Caracterização da organização, setor ou área, indivíduos objeto do estudo.....	15
3.3	População e amostra ou Participantes da pesquisa.....	15
3.4	Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa.....	15
3.5	Procedimentos de coleta e de análise de dados	15
5	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO	17
	REFERÊNCIA	17

1 INTRODUÇÃO

O Presente trabalho acadêmico tem o interesse principal de demonstrar que a modalidade de repasse do Fundo de Participação Municipal – FPM delimita a possibilidade de uma gestão eficiente por parte do Poder Executivo municipal.

Será demonstrado por meio de utilização gráfica e planilhas o quantitativo de repasses do FPM transferidos ao cofre público municipal.

Os demonstrativos gráficos serão comparados com o quantitativo de gasto com pessoal que é a folha de pagamento municipal, combustível, medicamentos e pagamento de médicos.

Após a análise de dados será possível o entendimento sobre a insuficiência do repasse do FPM ao município de Alto Paraíso de Goiás – GO.

1.1 Formulação do problema

Os inúmeros serviços públicos municipais como os de educação, saúde, segurança e de certo modo pagamento da folha de servidores, comissionados e contratados são obstruídos pela decadência ou injustiça fiscal, principalmente, na modalidade de repasse do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e a indicação de que nenhuma inserção corretiva foi viabilizada por parte dos Entes Federativos.

As medidas de desoneração do Imposto de Renda - IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, a fim de provocar o aquecimento econômico, afronta diretamente as receitas municipais, uma vez que os Municípios pequenos sobrevivem especificamente do FPM e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e de uma arrecadação pequena de receitas locais, como por exemplo a taxa de Alvará de Funcionamento e taxa de limpeza urbana ou de iluminação pública.

A problematização central sobre o presente estudo abrangerá, tão somente, a má distribuição do modelo de repasse do FPM, efetivado pela Receita Federal – União, aos

municípios de forma geral ocasionado pelo modelo tributário ineficaz brasileiro, indexado pela falta de autonomia na aplicação dos repasses de acordo com a realidade local.

Contudo, uma das formas de solucionar os impasses apontados seria por intermédio da União Federal que deveria subsidiar os municípios na criação uniforme de Secretarias de Receitas municipais, com sistema fiscal atuante com elevado número de fiscais tributários e automação necessária de toda tecnologia de ponta para atingir aumento de receita.

Caso a União se proponha a desenvolver e ajudar os municípios nesse quesito será de grande valia e fundamental para a qualidade de vida dos habitantes locais.

1.2 Objetivo Geral

Analisar os limites e os desafios do sistema de repasse da União aos Municípios, especificamente de Alto Paraíso de Goiás – GO, concomitante, apresentar a provável insuficiência do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

1.3 Objetivos Específicos

Demonstrar a insuficiência de recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, especificamente do Município de Alto Paraíso de Goiás – GO, com demonstrativos oficiais da Secretaria de Administração e Finanças desse município.

Justificativa

Caso a modalidade de repasse do Fundo de Participação Municipal – FPM seja invertido em termos de porcentagem de aferição e de melhor equilíbrio entre os Entes Federativos, tornar-se-á imperioso dizer que os municípios não permanecerão mais com uma distribuição insuficiente. São os municípios que vivenciam a realidade do povo e sabem o que precisam para melhorar sua realidade local.

Dados da Fundação Goiana de Municípios - FGM e Conselho Nacional de Municípios apontam a desproporção financeira que os municípios são obrigados a enfrentar.

O critério que define negativamente a sistemática de repasses federais, estaduais e municipais está no cerne da precariedade distributiva entre os Entes da Federação.

Nesse quesito, o doutrinador Hugo de Brito, Doutor em Direito Tributário, faz a melhor abordagem conclusiva sobre o assunto e defende que

a técnica de distribuição de receitas, porém, tem o inconveniente de manter os Estados e os Municípios na dependência do governo federal, aquém cabe fazer a partilha das receitas tributárias mais expressivas. Com o objetivo de eliminar essa dependência, sugerimos à Assembleia Nacional Constituinte a criação de órgãos destinados exclusivamente a administrar a distribuição das receitas tributárias, a saber: um Conselho de Representantes dos Estados, que administraria o Fundo de Participação dos Estados, e o Conselho de Representantes dos Municípios, que administraria o Fundo de Participação dos Municípios (BRITO, 2009, p. 31).

Apesar dos esforços do Professor Hugo de Brito sobre considerações relacionadas ao tema, não obteve êxito ao propor projeto de lei que redefinisse novo modelo distributivo de receitas:

Algum tempo depois um importante Deputado me confidenciou que a nossa proposta foi recusada porque acabava com a função que a maioria dos parlamentares considera muito importante, que é a de conseguir verbas para Estados e Municípios junto ao governo federal. A atuação dos deputados e senadores na obtenção de recursos financeiros para Estados e Municípios junto ao Governo Federal é uma distorção do sistema. Temos que buscar o aperfeiçoamento deste. O aperfeiçoamento da Federação. Aperfeiçoamento que se pode alcançar com a reformulação da partilha das receitas tributárias. Todos os impostos devem ser federais. A legislação federal, uniforme em todo o território nacional, facilitará o desempenho da atividade econômica e poderá reduzir os atritos na relação Fisco/contribuinte. E a partilha das receitas tributárias deve ser automática, sem a interferência de uma em outra esfera de governo. Ao fazer o pagamento de qualquer imposto, o contribuinte indicaria, no documento correspondente, os valores destinados à União, aos Estados e aos Municípios. O banco recebedor faria, então, os créditos nas contas do Tesouro Nacional, do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios, que seriam partilhados sem interferência do Governo Federal, pelos respectivos Conselhos de Representantes, conforme nossa proposta, já mencionada (BRITO, 2009, p. 32).

Nessa seara, é imperioso esclarecer sobre a sequencia financeira que permeia o sistema de repasses do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Inicia-se com o recolhimento do Imposto de Renda – IR e Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI. Todo o montante arrecadado é transferido pelos Bancos à Receita Federal do Brasil – RFB para uma conta específica do Tesouro Nacional. Por sua vez, o Tesouro Nacional transfere o montante arrecado para o Banco do Brasil que distribui para as contas dos municípios com

porcentagens individualizadas tendo por parâmetro o número de habitantes locais, conforme indicativos retirados do site do tesouro nacional.

2 REVISÃO TEÓRICA

O presente trabalho possui o condão de retratar o sistema da modalidade de repasses aos Municípios por interlocução do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e apontar um possível redimensionamento na repatriação entre os Entes Federados. Esse Fundo distribuído entre os municípios advém da Receita Federal e sua composição é permeada apenas pela arrecadação do Imposto de Renda – IR e pelo Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI.

O cerne motivacional sobre a abrangência e análise da pesquisa foi orientada para a possibilidade de criação de novo modelo operacional do sistema de repasses do Fundo de Participação dos Municípios e proporcionar gestão eficiente dos representantes municipais sob os recursos transferidos.

A sistemática atual sobre a modalidade desse repasse parece insuficiente para à realidade municipal, segundo dados do Conselho Nacional de Municípios, site oficial. É de se considerar que os Entes Federativos não continuem com essa dinâmica de distribuição, onde 75% da receita total permanece sob o monopólio da União Federal, 25 % sob o domínio dos Estados e, apenas, 5% restante para os Municípios, conforme determina a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Ao longo da pesquisa de trabalho, em sites de órgãos oficiais como IBGE, Fundação Goiânia dos Municípios – FGM, Tesouro Nacional, Confederação Nacional dos Municípios – CNM etc. restou o indicativo de que a ordem da pirâmide de distribuição ou repatriação necessita ser modificada, pois a atual sistemática parece fracassada.

Outrossim, a distribuição da arrecadação tributária tende a ser insuficiente e não apresenta uniformidade na creditação ao longo do ano, o que dificulta a programação financeira municipal e impossibilita a eficiência na gestão.

Nesse aspecto, será demonstrado que os municípios se encontram em situação de calamidade financeira pela falta de independência na gestão ocasionada pelo sistema de repatriação inócuo e socioeconômico desigual.

Destarte, o atual sistema de distribuição não permite que o governo municipal possa converter seu dinheiro como bem lhe aprouver por inibições da Constituição Federal de 1988, artigo 159, I, b e d, que previamente determina a aplicação dos repasses dificultando a gestão do município.

Dada essa importância, o estudo a ser apresentado nesse trabalho tenderá a analisar as estratégias e os desafios na gestão do repasse do recurso conhecido como Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Será apresentada a legislação vigente, quanto a competência tributária do município de Alto Paraíso de Goiás, artigos da Constituição Federal que disciplinam a matéria, além de jurisprudências e doutrinas atualizadas sobre o assunto. Ato contínuo, será apresentado conceitos sobre o tema e especificações sobre os repasses ao Fundo de Participação dos Municípios do Estado de Goiás. Haverá uma exposição de informações que tendem a declinar essa modalidade de repasse e seu método de distribuição de receita indicado pela Carta Magna.

Nesse sentido, vale destacar o entendimento do doutrinador Hugo de Brito Machado sobre o presente tema:

A técnica de distribuição de receitas, porém, tem o inconveniente de manter os Estados e os Municípios na dependência do governo federal, aquém cabe fazer a partilha das receitas tributárias mais expressivas. Com o objetivo de eliminar essa dependência, sugerimos à Assembléia Nacional Constituinte a criação de órgãos destinados exclusivamente a administrar a distribuição das receitas tributárias, a saber: um Conselho de Representantes dos Estados, que administraria o Fundo de Participação dos Estados, e o Conselho de Representantes dos Municípios, que administraria o Fundo de Participação dos Municípios. (BRITO, 2009, p. 31).

Ainda nessa esfera doutrinária, o doutrinador Hugo de Brito Machado faz a seguinte vênica sobre o assunto:

Assim, a técnica de distribuição de receitas deixaria de ter o grave inconveniente de deixar Estados e Municípios na dependência política do Poder central. Ao recolher o imposto de renda e o IPI, o contribuinte já indicaria no documento correspondente o valor das parcelas destinadas aos Estados e aos Municípios, nos termos do art. 159 da Constituição. Tal sugestão, que foi de pronto acolhida pela Subcomissão de Tributos, Participação de Distribuição de Receitas, foi posteriormente abandonada. (BRITO, 2009, p. 32).

Outrossim, para a abordagem sobre o tema será necessário dividir o assunto em seções que possam proporcionar esclarecimento e que seja um facilitador para o entendimento do assunto aqui abordado: Legislação Tributária e Sistema Tributário Nacional.

2.1 Legislação Tributária

A legislação tributária é assunto primordial no entendimento da origem do repasse do Fundo de Participação Municipal, pois, afinal, seu nascimento provém da lei como regra jurídica de caráter geral e abstrato, segundo Brito (2009, p. 77).

Para o autor supramencionado, é necessário distinguir lei em seu sentido formal da lei em sentido material para entender o embasamento do Código Tributário Nacional sobre o FPM

Em sentido formal, lei é o ato jurídico produzido pelo Poder competente para o exercício da função legislativa, nos termos estabelecidos pela Constituição. Diz-se que o ato tem a forma de lei. Foi feito por quem tem competência para fazê-lo, e na forma estabelecida para tanto, pela Constituição. Nem todos os atos dessa categoria, entretanto, são leis em sentido material. Em sentido material, lei é o ato jurídico normativo, vale dizer, que contém uma regra de direito objetivo, dotada de hipoteticidade. Em outras palavras, a lei, em sentido material, é uma prescrição jurídica hipotética, que não se reporta a um fato individualizado no tempo e no espaço, mas a um modelo, a um tipo. É uma norma. Nem sempre as leis em sentido material também são leis em sentido formal. Assim, a palavra lei tem sentido amplo e outro restrito. Lei, em sentido amplo, é qualquer ato jurídico que se compreenda no conceito de lei em sentido formal ou em sentido material. Basta que seja lei formalmente, ou materialmente, para ser lei em sentido amplo. Já em sentido restrito só é lei aquela que seja tanto em sentido formal como em sentido material. (BRITO, 2009, p. 77).

Segundo Brito (2009. P. 77), o Código Tributário Nacional - CTN, a palavra lei é utilizada em seu sentido restrito, significando regra jurídica de caráter geral e abstrato, emanada do Poder ao qual a Constituição atribuiu competência legislativa, com observância das regras constitucionais pertinentes à elaboração das leis.

Num conceito mais radical, Torres (p.19) orienta que a lei veio possibilitar a Segurança e a Justiça que a humanidade precisa para viver de maneira ordenada e revela que a segurança e a justiça são as únicas ideias universalmente válidas para o verdadeiro jurista. Orienta, ainda, que sem a ordem não há como fazer justiça, e sem justiça não há como manter a ordem. Aqui, fica evidente que o ordenamento jurídico surge para equilibrar de modo justo e seguro o sistema de tributação brasileiro.

Esse mesmo jurista, Torres (p.719) defende o posicionamento de que as normas nunca podem ser examinadas isoladamente, pois não se pode reconhecer que o direito, levando em conta uma norma, senão um sistema.

É oportuno transcrever o artigo 97 do Código Tributário Nacional – CTN, para melhor entendimento do que dispõe a lei sobre o princípio da legalidade que rege de modo mais abrangente toda a sistemática de tributação no Brasil

Somente a lei pode estabelecer I- a instituição de tributos, ou a sua extinção; II – a majoração de tributos, ou sua redução, ressalvado o disposto nos artigos 21, 26, 39, 57 e 65; III – a definição do fato gerador da obrigação principal e do seu sujeito passivo; IV – a fixação da alíquota do tributo e de sua base de cálculo, com as ressalvas que menciona; V – a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas; VI – as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou dispensa ou redução de penalidades. (CTN, art. 97).

No Brasil, a divisão dos Poderes do Estado, o princípio da legalidade constitui o mais importante limite aos governantes na atividade de tributação. Por isto mesmo, para Brito (p. 35) ensina que muitos teóricos a serviço do Poder já cuidam de construir teses com o objetivo de amesquinhar o princípio da legalidade e, exemplifica que entre algumas mesquinhas a que coloca a solidariedade como algo moderno e que no denominado Estado Social deveria se sobrepôr à legalidade, colocada como algo inseparável do individualismo. Para esse doutrinador, o Poder busca, sempre, formas para contornar os limites que o Direito vai a muito custo construindo.

2.2 Sistema Tributário Nacional

É de entendimento geral entre a grande maioria dos juristas que o cerne do Sistema Tributário Nacional está permeado por diversos princípios que servem de norte na aplicação do direito brasileiro, dentre eles os princípios constitucionais petrificados no artigo 37 da Constituição brasileira de 1988.

Conforme leciona Brito (p. 270), com a Constituição Federal de 1988 a situação dos Estados e Municípios restou um pouco melhorada, principalmente no que se afeta à distribuição do produto da arrecadação de impostos federais. Mesmo assim, segundo ele, o

Governo Federal obteve do Congresso Nacional a aprovação de lei que reduziu a alíquota do imposto de renda das pessoas jurídicas e criou uma contribuição social, inicialmente com alíquota de oito por cento, depois elevada para dez por cento, o que prejudicou sensivelmente as diversas unidades federativas, dentre elas a municipal.

Na verdade, o que o jurista ensina é que restou reduzida a arrecadação do imposto de renda, da qual o município participa, enquanto a União Federal arrecada exclusivamente para ela própria a contribuição social, criada para si.

Segundo o que dispõe Brito (p.272), a distribuição da receita não afeta a competência tributária. Leciona que os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público não deixam de pertencer à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.

O Código Tributário Nacional, delimita um rol de princípios, comumente conhecidos no campo doutrinário como: princípio da legalidade, isonomia, irretroatividade, anterioridade, proibição de confisco, liberdade de tráfego, imunidades e outras limitações, segundo Brito (p.275).

Ainda quanto aos ensinamentos desse doutrinador sobre o assunto, merece atenção o que defende sobre o âmbito constitucional no aspecto sobre os limites da competência tributária e orienta isto

É importante observarmos que nossa Constituição Federal delimita, com razoável precisão, a matéria fática de que se pode valer o legislador na instituição dos tributos. Em relação aos impostos ela o faz ao partilhar as competências entre União, os Estados e Distrito Federal e os Municípios. Ao atribuir a cada uma dessas entidades a respectiva competência para instituir impostos, a Constituição Federal delimita a matéria de que se pode valer o legislador de cada uma dessas pessoas jurídicas de Direito Público para instituí-los, vale dizer, para definir a hipótese de incidência de cada um desses impostos. (BRITO, 2009, p. 275).

Nessa esteira, o Hugo de Brito aduz que ficou estabelecido na Constituição Federal as matérias afetas a cada Ente Federativo com suas atribuições específicas no sistema de tributação e repasse entre os as entidades federais.

Assim, merece ser analisado o que estabelece a Constituição Federal de 1988 sobre o sistema de tributação ventilado nos artigos seguintes

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: I - impostos; II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela

utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas. § 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte. § 2º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos. (Constituição Federal de 1988, artigo 145).

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada essencialmente em sites governamentais e junto a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás, especificamente na Secretaria de Administração e Finanças com acesso aos extratos bancários da conta que recebe os repasses semanais do FPM, ordinariamente em todo dia 10, 20 e 30 de cada mês.

Segundo informações retiradas do site da Fundação Goiana do Municípios, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é o valor repassado pela União aos estados, Distrito Federal e Municípios brasileiros, conforme já explicitado anteriormente. O dinheiro transferido é arrecadado a partir do Imposto de Renda (22,5%) e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Nesse mesmo site, informa que a lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, mostra que o FPM é uma transferência constitucional e a distribuição dos recursos aos municípios é feita de acordo com o número de habitantes.

Desta forma, para cada faixa populacional, um coeficiente é estabelecido, variando de 0,6% a 4,0% para municípios com número de habitantes entre 10.188 e 156 mil. Sendo assim, o Município de Alto Paraíso de Goiás – GO, enquadra nos repasses de 0,6% constando menos que 10.188,00 Habitantes.

A fim de proporcionar maior esclarecimento sobre a proporção de repasses do FPM creditados na conta do Município de Alto Paraíso de Goiás – GO, segue as informações abaixo detalhadamente sobre os repasses a cada mês. A creditação é efetuada a cada dez dias entre os dias 10, 20 e 30 do mês em dias úteis.

A tabela abaixo é constituída do valor bruto repassado e composta das deduções em 25% para Educação (FUNDEB), (PASEP) e 15% para Saúde e o restante indicado na coluna

“TOTAL” é o que sobra para as atividades da Administração Pública de modo geral, como pagamento de combustível, medicamentos, médicos, água e luz dentre outras despesas.

Repasse detalhado referente a cada mês do ano de 2018
--

Janeiro

DIA	BRUTO	FUNDEB	PASEP	SAÚDE	TOTAL
10	259.460,53	51.892,11	2.594,61	38.919,08	166.054,74
19	116.838,91	23.367,78	1.168,39	17.525,84	74.776,90
30	262.706,46	52.541,29	2.627,06	39.405,97	168.132,13
TOTAL	639.005,90	127.801,18	6.390,06	95.850,88	408.963,77

Fevereiro

DIA	BRUTO	FUNDEB	PASEP	SAÚDE	TOTAL
09	605.160,99	121.032,20	6.051,61	90.774,15	387.303,03
20	50.171,54	10.034,31	501,72	7.525,73	32.109,78
28	180.048,03	36.009,61	1.800,48	27.007,20	115.230,74
TOTAL	835.380,55	167.076,11	8.353,81	125.307,08	534.643,55

Março

DIA	BRUTO	FUNDEB	PASEP	SAÚDE	TOTAL
09	291.695,66	58.339,13	2.916,96	43.754,35	186.685,22
20	50.223,64	10.044,73	502,24	7.533,55	32.143,13
29	220.618,40	44.123,68	2.206,18	33.092,76	141.195,78
TOTAL	562.537,70	112.507,54	5.625,38	84.380,66	360.024,13

Abril

DIA	BRUTO	FUNDEB	PASEP	SAÚDE	TOTAL
10	290.782,00	58.156,40	2.907,82	43.617,30	186.100,48
20	59.655,54	11.931,11	596,56	8.948,33	38.179,54
30	239.364,92	47.872,98	2.393,65	35.904,74	153.193,55
TOTAL	589.802,46	117.960,49	5.898,02	88.470,37	377.473,57

Maio

DIA	BRUTO	FUNDEB	PASEP	SAÚDE	TOTAL
10	476.882,86	95.376,57	4.768,83	71.532,43	305.205,03
18	58.447,80	11.689,56	584,48	8.767,17	37.406,59
30	188.500,25	37.700,05	1.885,00	28.275,04	120.640,16
TOTAL	723.830,90	144.766,18	7.238,31	108.574,64	463.251,78

Junho

DIA	BRUTO	FUNDEB	PASEP	SAÚDE	TOTAL
08	340.731,88	68.146,38	3.407,32	51.109,78	218.068,41
20	138.997,87	27.799,57	1.389,98	20.849,68	88.958,64
29	198.103,47	39.620,69	1.981,03	29.715,52	126.786,22
TOTAL	677.833,22	135.566,64	6.778,33	101.674,98	433.813,26

Julho

DIA	BRUTO	FUNDEB	PASEP	SAÚDE	TOTAL
09	320.467,68	0,00	3.204,68	0,00	317.263,01
10	188.363,67	37.672,73	1.883,64	28.254,55	120.552,75
20	72.374,34	14.474,87	723,74	10.856,15	46.319,58
30	199.629,06	39.925,81	1.996,29	29.944,36	127.762,60
TOTAL	780.834,75	92.073,41	7.808,35	69.055,06	611.897,93

Agosto

DIA	BRUTO	FUNDEB	PASEP	SAÚDE	TOTAL
10	336.757,02	67.351,40	3.367,57	50.513,55	215.524,49
20	58.071,26	11.614,25	580,71	8.710,69	37.165,61
30	185.951,89	37.190,38	1.859,52	27.892,78	119.009,21
TOTAL	580.780,18	116.156,04	5.807,80	87.117,03	371.699,31

Setembro

DIA	BRUTO	FUNDEB	PASEP	SAÚDE	TOTAL
10	193.193,54	38.638,71	1.931,94	28.979,03	123.643,86
20	46.814,36	9.362,87	468,14	7.022,15	29.961,19
28	198.016,96	39.603,39	1.980,17	29.702,54	126.730,85
TOTAL	438.024,85	87.604,97	4.380,25	65.703,73	280.335,90

Outubro

DIA	BRUTO	FUNDEB	PASEP	SAÚDE	TOTAL
10	254.246,52	50.849,30	2.542,47	38.136,98	162.717,77
19	53.789,60	10.757,92	537,90	8.068,44	34.425,35
30	189.557,26	37.911,45	1.895,57	28.433,59	121.316,65
TOTAL	497.593,39	99.518,68	4.975,93	74.639,01	318.459,77

Novembro

DIA	BRUTO	FUNDEB	PASEP	SAÚDE	TOTAL
09	371.051,21	74.210,24	3.710,51	55.657,68	237.472,77
20	74.932,35	14.986,47	749,32	11.239,85	47.956,70
30	179.052,93	35.810,59	1.790,53	26.857,94	114.593,87
TOTAL	625.036,48	125.007,30	6.250,36	93.755,47	400.023,35

Dezembro

DIA	BRUTO	FUNDEB	PASEP	SAÚDE	TOTAL
07	325.731,16	0,00	3.257,31	0,00	322.473,85
20	142.705,19	28.541,04	1.427,05	21.405,78	91.331,32
28	204.603,78	40.920,76	2.046,04	30.690,57	130.946,42
TOTAL	673.040,13	69.461,79	6.730,40	52.096,35	544.751,59

Resumo 2018

JAN	639.005,90	127.801,18	6.390,06	95.850,88	408.963,77
FEV	835.380,55	167.076,11	8.353,81	125.307,08	534.643,55
MAR	562.537,70	112.507,54	5.625,38	84.380,66	360.024,13
ABR	589.802,46	117.960,49	5.898,02	88.470,37	377.473,57
MAI	723.830,90	144.766,18	7.238,31	108.574,64	463.251,78
JUN	677.833,22	135.566,64	6.778,33	101.674,98	433.813,26
JUL	780.834,75	92.073,41	7.808,35	69.055,06	611.897,93
AGO	580.780,18	116.156,04	5.807,80	87.117,03	371.699,31
SET	438.024,85	87.604,97	4.380,25	65.703,73	280.335,90
OUT	497.593,39	99.518,68	4.975,93	74.639,01	318.459,77
NOV	625.036,48	125.007,30	6.250,36	93.755,47	400.023,35
DEZ	1.093.815,60	153.070,63	10.938,16	114.802,97	815.003,85
TOTAL	8.044.475,98	1.479.109,17	80.444,76	1.109.331,87	5.375.590,18

Repasse detalhado referente a cada mês do ano de 2019
--

Janeiro

DIA	BRUTO	FUNDEB	PASEP	SAÚDE	TOTAL
10	310.766,72	62.153,34	3.107,67	46.615,01	198.890,70
18	123.909,54	24.781,91	1.239,10	18.586,43	79.302,11

DIA	BRUTO	FUNDEB	PASEP	SAÚDE	TOTAL
30	340.037,61	68.007,52	3.400,38	51.005,64	217.624,07
TOTAL	774.713,87	154.942,77	7.747,14	116.207,08	495.816,88

Fevereiro

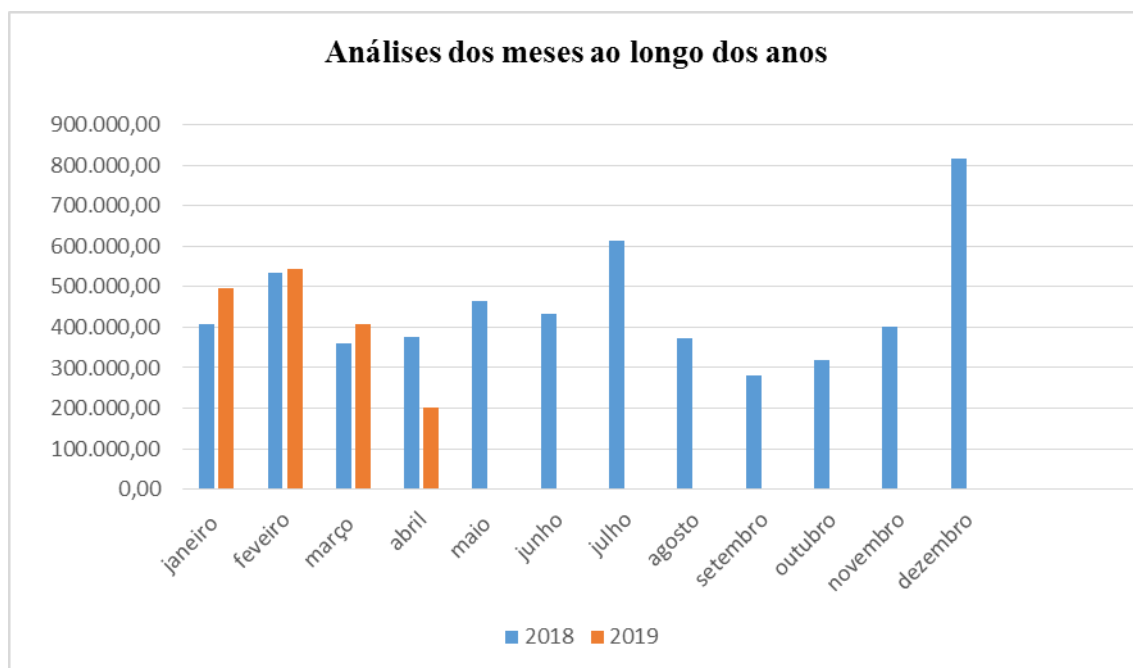
DIA	BRUTO	FUNDEB	PASEP	SAÚDE	TOTAL
08	590.364,66	118.072,93	5.903,65	88.554,70	377.833,39
20	57.020,95	11.404,19	570,21	8.553,14	36.493,41
28	203.591,19	40.718,24	2.035,91	30.538,68	130.298,36
TOTAL	850.976,81	170.195,36	8.509,77	127.646,52	544.625,16

Março

DIA	BRUTO	FUNDEB	PASEP	SAÚDE	TOTAL
08	349.976,13	69.995,23	3.499,76	52.496,42	223.984,72
20	46.407,88	9.281,58	464,08	6.961,18	29.701,04
29	240.779,00	48.155,80	2.407,79	36.116,85	154.098,56
TOTAL	637.163,00	127.432,60	6.371,63	95.574,45	407.784,32

Resumo 2019 até mês atual

MÊS	BRUTO	FUNDEB	PASEP	SAÚDE	TOTAL
JAN	774.713,87	154.942,77	7.747,14	116.207,08	495.816,88
FEV	850.976,81	170.195,36	8.509,77	127.646,52	544.625,16
MAR	637.163,00	127.432,60	6.371,63	95.574,45	407.784,32
ABR	315.929,56	63.185,91	3.159,30	47.389,43	202.194,92
MAI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SET	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NOV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.578.783,25	515.756,65	25.787,83	386.817,49	1.650.421,28



Ao se analisar o montante geral mês a mês, o leitor, corre o risco de concluir, equivocadamente, que existe dinheiro suficiente para a gestão municipal trabalhar. De outra forma é a realidade local quando confrontada a planilha de repasses com alguns dos gastos que serão indicados abaixo, pesquisados no site da transparência da prefeitura municipal de Alto Paraíso de Goiás - GO

Dos indicativos conferidos no portal da transparência sobre folha de pagamento de pessoal é possível a constatação de que o gasto público chega a R\$800,00 (oitocentos mil reais), quando somado o gasto com funcionários efetivos e comissionados.

O gasto com combustível permeia o valor de R\$170,000 (cento e setenta mil reais) por mês para manter os veículos do município em plena operação, dados indicados, também no site da transparência.

Por sua vez, o gasto com medicamentos ultrapassa o montante de R\$50.000 (cinquenta mil reais) por mês e o pagamento de médicos gira em torno de R\$60.000 (sessenta mil reais) por mês.

3.1 Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa

Nesse quesito, o tipo de pesquisa utilizado foi a abordagem exploratória. Quanto a análise dos dados, foi escolhida a abordagem quantitativa, com a verificação dos valores repassados pelo Estado de Goiás ao Município de Alto Paraiso.

3.2 Caracterização da organização, setor ou árealócus do estudo

O local de destaque para os estudos realizados se deram junto a Secretaria de Administração e Finanças do Município de Alto Paraiso de Goiás – GO, cujo setor é composto por 01 (um) Secretário o qual acumula funções Administrativa e Financeira do Município e que mantém uma centralização econômica sobre as demais secretarias municipais e manutenção de todo o polo administrativo; 02 (dois) assessores financeiros; 02 (dois) assessores administrativos que também auxiliam o Secretário no controle de almoxarifado, no departamento de Recursos Humanos – DRH; no setor de Convênios e Licitações; na Coletoria Municipal, no departamento de Fiscalização tributária. Além disso, utilizou-se de informações disponíveis na internet em sites oficiais do Governo do Estado de Goiás e em documentos impressos disponibilizados por essa secretaria.

3.3 População e amostra ou Participantes da pesquisa

Segundo dados oficiais da Federação Goiana de Municípios – FGM, o município de Alto Paraiso possui uma população de 7.514 habitantes e, no entanto, esses dados estão desatualizados e não conferem com o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE e, ao mesmo tempo, os dados indicados pela FGM também não coincidem com os dados levantados pela Justiça Eleitoral local, o qual revela que o município possui 7.200 eleitores ativos, ou seja, que podem votar. Não foram computados o número de crianças, idosos e analfabetos.

Nesse importe, vale destacar que o município em questão foi declarado pelo Ministério de Turismo como rota nacional e internacional de turismo e recebe uma gama elevada de visitantes por final de semana e feriados, margeando o equivalente a 15.000 pessoas.

3.4 Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa

Os instrumentos de pesquisas utilizados no presente trabalho são, estudo de caso, pesquisas bibliográficas e documentos impressos pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Alto Paraíso de Goiás – GO.

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

A coleta das informações necessárias para embasar o presente estudo, foram feitas essencialmente por meio da internet e presencial, por meio de pesquisas junto a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás – GO na Secretaria de Administração e Finanças.

4 CONCLUSÃO

Há de se observar que os valores repassados ao município é baixo, pois, afinal, se quer foi considerado nesse trabalho outras despesas como: gasto para manutenção de frota e equipamentos, contratos de pessoal, gasto com previdência própria, pagamento de faturas de água e luz de todos os órgãos públicos municipais, manutenção de estradas vicinais, pontes, manutenção da área de transbordo (lixão), merendas escolares e transporte escolar não subsidiada pelo Estado etc.

Por do o exposto restou claro que as despesas superam as receitas municipais, sob o ponto de vista do repasse do Fundo de Participação Municipal – FPM.

Conclui esse trabalho indicando como forma equilibrada e justa o repasse fundo a fundo entre contas da União Federal e Municípios a fim de se evitar perda de receitas não encaminhadas ao município de Alto Paraíso de Goiás por parte do Estado de Goiás.

5 REFERÊNCIA

Livros:

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2018.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. Revista, atualizada e ampliada.

ALVES, Andre G. de M. P. **Gastos Públicos e Bem-Estar: Considerações sobre os Critérios de Repartição dos Recursos Públicos entre os Municípios Brasileiros e sua Relação com a Qualidade de Vida das Populações Locais**. Campinas: Unicamp.

TORRES, Heleno Taveira. **Direito Processual Tributário**. v.2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

Órgãos públicos:

Ministério do Turismo; Federação Goiana de Municípios – FGM; Agencia Goiana de Municípios– AGM; Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE; Justiça Eleitoral; Tesouro Nacional.

Extraídos da Internet:

<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/formacao-e-destino-do-fpm-fundo-de-participacao-dos-municipios/51402/>, Acesso em 18/11/2018.

<https://portal.tcu.gov.br/comunidades/transferencias-constitucionais-e-legais/coeficientes-fpe-e-fpm/>. Acesso em 18/11/2018.

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>. Acesso em 18/11/2018.

<https://www.fgm-go.org.br/>. Acesso em 18/11/2018.

Constituição Federal, BRASIL, 1988